



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000388-97.2009.8.17.0660 (0244111-0)** ✓

**APELANTES** : Ivanilda Batista. da Silva, Mª José de Oliveira, Clécia  
Silva de Oliveira e Severino Ramos  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**RELATOR** : Flávio Augusto Fontes de Lima  
**CONVOCADO**  
**COMARCA** : 2ª Vara da Comarca de Goiana  
**PROCURADOR** : Chistiane Roberta Gomes de Faria Santos

**EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO QUALIFICADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA QUALIFICADO (ART. 157, §2º, I e II C/C ART. 288, § ÚNICO DO CP). ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. NÃO CABIMENTO. PLEITO DE DIMINUIÇÃO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. PLEITO DE RECORRER EM LIBERDADE. DESCABIDO. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

I – A palavra das vítimas e dos policiais militares, corroboradas com a confissão de um dos réus, não deixa dúvida alguma quanto à efetiva e concreta participação por parte dos apelantes nos crimes de formação de quadrilha e roubo qualificado.

II - fundamentada a decisão do Juízo a quo nos termos dos artigos 59 e 68 do CP, não merece prosperar o pleito de diminuição da pena, bem como a pretensão de recorrer em liberdade, tendo em vista as circunstâncias extremamente desfavoráveis (art. 33, § 3º, do C.P.B.).

III – Apelo improvido. À unanimidade de votos. ✓

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal 0244111-0**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acerto.

Recife, \_\_ de \_\_\_\_\_ de

Flávio Augusto Fontes de Lima  
Relator Convocado



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**APELAÇÃO CRIMINAL** Nº 0000388-97.2009.8.17.0660 (0244111-0)  
**APELANTES** : Ivanilda Batista da Silva, Mª José de Oliveira, Clécia  
Silva de Oliveira e Severino Ramos  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**RELATOR** : Flávio Augusto Fontes de Lima  
**CONVOCADO**  
**COMARCA** : 2ª Vara da Comarca de Goiana  
**PROCURADOR** : Chistiane Roberta Gomes de Faria Santos

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de apelação interposto Ivanildo Batista da Silva, Maria José de Oliveira, Clécia Silva de Oliveira e Severino Ramos, contra a sentença de fls. 182/184 e 184/v., que os condenou pela prática dos crimes previstos no art. 157, *caput* c/c 288, § único do Código Penal.

Em razões recursais, fls.220/222, os apelantes requerem a reforma da sentença sob a alegação de que as provas dos autos não são suficientes para o édito condenatório, pleiteiam, ainda, o direito de aguardar em liberdade e a redução da pena aplicada.

Em contrarrazões às fls.228/231, o Ministério Público, pugna para que seja negado provimento ao apelo.

A Procuradoria de Justiça, na pessoa da Procuradora Christiane Roberta de Farias Santos, ofertou parecer às fls.246/249, opinando pelo não provimento ao recurso, para que seja mantida a sentença na sua íntegra.

É o relatório. À Revisão.  
Recife, 2 de março de 2012

Flávio Augusto Fontes de Lima  
Relator Convocado



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**APELAÇÃO CRIMINAL** Nº 0000388-97.2009.8.17.0660 (0244111-0)

**APELANTES** : Ivanildo Batista da Silva, Mª José de Oliveira, Clécia  
Silva de Oliveira e Severino Ramos  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**RELATOR** : Flávio Augusto Fontes de Lima  
**CONVOCADO**  
**COMARCA** : 2ª Vara da Comarca de Goiana  
**PROCURADOR** : Chistiane Roberta Gomes de Faria Santos

**VOTO**

Conforme relatado, trata-se de recurso de apelação interposto por Ivanildo Batista da Silva, Maria José de Oliveira, Clécia Silva de Oliveira e Severino Ramos, contra a decisão do Magistrado que os condenou, respectivamente, a pena de 11 anos 06 meses de reclusão; 09 anos 07 meses de reclusão; 07 anos e 08 meses de reclusão; e, 09 anos e 07 meses de reclusão. Todos em regime inicialmente fechado, pelos crimes de roubo duplamente qualificado (emprego de arma e concurso de agentes) e associação em quadrilha.

Os apelantes pleiteiam a absolvição, sob a alegação de que as provas dos autos não são suficientes para um édito condenatório, alternativamente, requerem a diminuição do quantum da pena aplicada, bem como a possibilidade de recorrerem em liberdade.

Pois bem.

Narra a denúncia que:

" ...no dia 02 de fevereiro de 2009, por volta das 18:40 horas, na Rodovia BR-101 Norte, nas proximidades da Goiana-FM, neste Município, a vítima JOSÉ ORLANDO DA SILVA, juntamente com sua esposa Maria Lúcia de oliveira e seu amigo GILMAR DA SILVA LUCAS ambas vítimas, após pararem seu veículo, foram surpreendidos



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

*por cinco pessoas que estavam em um veículo VW/Gol de cor branca, três (03) homens e (02) mulheres, aproximaram-se e com arma de fogo em punho anunciaram o assalto, subtraindo das vítimas aparelhos celulares, jóias, documentos e o aparelho do som do veículo.*

*Os acusados foram presos em flagrante dias após, por outro assalto, tendo as vítimas, tomado conhecimento, compareceram à delegacia e fizeram o Reconhecimento por Fotografias".*

Examino:

A materialidade resta comprovada pelo Auto de Apresentação e Apreensão às fls. 33/34.

No tocante à autoria, observo que com exceção da ré, Clécia Silva de Oliveira, os réus negaram perante autoridade judiciária o crime de roubo qualificado contra as vítimas, José Orlando da Silva, Maria Lúcia de Oliveira e Gilmar da Silva Lucas. A negativa, entretanto, está dissociada do acervo probatório, sobretudo quando confrontada com a confissão dos acusados na fase inquisitória, as palavras e reconhecimento das vítimas no Auto de Reconhecimento por Fotografia às fls. 12,15,17, bem como, pelos depoimentos dos policiais militares que fizeram o flagrante da quadrilha em outro assalto, dois dias depois dos fatos narrados na exordial.

As vítimas, em audiência de Instrução e Julgamento, narraram com riqueza de detalhes com se deu o fato criminoso, afirmando, inclusive, terem reconhecido os acusados, como os autores do delito descrito na denúncia:

*"...ratifica seu depoimento prestado perante a autoridade policial;... no dia dos fatos o carro em que o depoente se encontra havia quebrado, quando chegaram os acusados chegaram e abordaram o depoente com arma em punho;... dois homens e duas mulheres fizeram a abordagem e outro ficou no carro;... subtraíram do depoente o DVD do carro, celulares e uma bolsa contendo*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

documentos;... todos os assaltantes que abordaram o depoente estavam armados;... reconhece as pessoas fotografadas às fls. 38-42, como sendo as que praticaram o crime;... os acusados chegaram ao local em um veículo gol branco...".( fls. 167, José Orlando da Silva)

"... ratifica seu depoimento prestado perante autoridade policial;... dos cinco acusados um ficou no carro;... os assaltantes estavam num veículo Gol branco ...;... reconhece as pessoas fotografadas às fls. 39/42 dos autos, como autores do roubo..." (Gilmar da Silva Lucas, fls. 167/167v.)

"...ratifica o seu depoimento prestado perante autoridade policial;... o carro onde a depoente se encontrava quebrou;... em seguida os acusados ali apareceram e anunciaram o roubo;... o quinto acusado ficou no carro, enquanto os demais passaram a tomar os pertences das vítimas;... o 1º, 3º e 4º acusados estavam armados;... reconhecem as pessoas fotografadas as fls. 39/42 dos autos, como os autores do roubo;... apenas Maria José não estava armada...".(Maria Lúcia de Oliveira, fl.167v.)

A confissão da ré CLÉCIA SILVA DE OLIVEIRA na Audiência de Instrução e Julgamento, às fls. 167/167v./168, dá suporte às declarações das vítimas, confirmando o delito perpetrado pela quadrilha de acordo com a inicial:

"...são verdadeiras as acusações que lhe são imputadas;...conhece as testemunhas arroladas, nada tendo a alegar contra as mesmas;... a depoente é ex-esposa do 1º acusado;...confirma que participou dos assaltos;... todos os acusados participaram do roubo descrito na exordial;... o 5º acusado ficou no veículo que era de sua propriedade;... o roubo apontado na inicial foi o primeiro de uma série praticada pelos acusados;... o 1º acusado é quem tinha o comando das práticas delituosas;... todas as armas eram do 1º acusado;... este deu uma arma de presente a depoente;... era o 1º acusado quem forçava a depoente a praticar os roubos;... foi ameaçada pelo acusado após ser presa;... foi ameaçada pelo 1º acusado para que negasse os fatos..."(fls.168v.).

O depoimento dos policiais militares que efetuaram a prisão dos acusados reforçam a tese acusatória contra os réus.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

Alvaro Paulo Francisco afirmou às fls. 167/v. que:

"...após de receber informações da Companhia de Polícia, o depoente efetuou a prisão dos acusados, posto que as descrições dos veículos eram as mesmas passadas pelo comando;... foram encontrados no veículo Gol, cor branca, armas e pertences das vítimas;... os acusados estavam sendo procurados;...havia denúncias que estavam praticando vários assaltos, inclusive a caminhoneiro;... tomou conhecimento através de outra guarnição de que os acusados haviam praticados outros assaltos a caminhoneiros nas proximidades da Usina Santa Tereza..."

No mesmo sentido afirmou o policial Otávio Severo de Oliveira às fls. 168:

"... haviam informações de que um grupo estava praticando assaltos no Sítio Gambá;... os policiais passaram a diligenciar e lograram êxito e encontrar o veículo conduzido pelos mesmos;... com os acusados foram apreendidos, no interior do veículo, dois revólveres e uma espingarda calibre 12 com o cano serrado;...o carro pertencia ao último acusado;... foram apreendidos objetos roubados, tais quais celulares, rádio de carro, dentre outros;... as vítimas identificaram os bens na DEPOL..."

Como visto as provas são contundentes e robustos tanto na fase policial como na fase instrutória. A palavra das vítimas e dos policiais militares, corroboradas com a confissão de um dos réus nas duas fases do processo, não deixa dúvida quanto à efetiva e concreta realização por parte dos apelantes nos crimes de formação de quadrilha e roubo qualificado descritos na exordial.

Acrescente-se, ainda, que, Tratando-se de crime de roubo, a palavra das vítimas devem prevalecer sobre a negativa dos réus, principalmente quando não existe qualquer motivo para que as vítimas imputem a conduta delituosa a alguém que sequer conhece.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

Neste sentido trago a colação o seguinte julgado:

"APELAÇÃO-CRIMINAL-147438-6 COMARCA DO RECIFE-RELATOR: ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE- 1ª CÂMARA CRIMINAL-30/04/2009-Penal - Processual Penal - Apelações Criminais ...- I. A «palavra» da «vítima», em crime da natureza patrimonial devidamente ajustada às evidências dos autos e sem qualquer indicativo que pretendia incriminar falsamente um desconhecido, constitui prova suficiente para a condenação. Na aferição do conjunto probatório o que prevalece é a idoneidade, segurança e harmonia para se tirar a conclusão e firmar a certeza para a condenação".

Melhor sorte não assiste aos apelantes quanto ao pleito de diminuição da reprimenda.

O Magistrado a quo fundamentou a dosimetria da pena atento as diretrizes do art. 59 e 68 do CP, não obstante, ter considerado como negativas as circunstâncias Judiciais contra os apelantes, fixou a pena-base, quanto aos crimes de roubo duplamente qualificado<sup>1</sup> e formação de quadrilha qualificado<sup>2</sup>, bem próximo ao mínimo legal. Senão vejamos:

**Ivanildo Batista da Silva**, a pena base para o crime de roubo foi de **06 anos de reclusão, aumentada em 02 anos e 06 meses pelas qualificadoras de uso de**

---

<sup>1</sup> **Roubo**

**Art. 157** - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;...

<sup>2</sup> **Quadrilha ou bando**

**Art. 288** - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo único - A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

arma de fogo e concurso de agentes. E, **03 anos de reclusão** para o crime de quadrilha. **Totalizando em 11 anos, 06 meses de reclusão e 170 dias multa.**

**Maria José de Oliveira**, a pena base para o crime de roubo foi de **05 anos de reclusão, aumentada em 02 anos e 01 mês de reclusão pelas qualificadoras** de uso de arma de fogo e concurso de agentes. E, **02 anos e 06 meses** pelo crime de quadrilha. **Totalizando em 09 anos, 07 meses de reclusão e 85 dias multa.**

**Clécia Silva de Oliveira**, a pena base para o crime de roubo foi de **05 anos de reclusão, atenuada em 01 ano pela confissão espontânea**, em seguida **aumentada em 01 ano e 08 meses pelas qualificadoras** de uso de arma de fogo e concurso de agentes. E, **02 anos e 06 meses** pelo crime de quadrilha, **atenuada em 06 meses pela confissão espontânea**. **Totalizando em 07 anos, 08 meses de reclusão e 70 dias multa.**

**Severino Ramos**, a pena base para o crime de roubo foi de **05 anos de reclusão, aumentada em 02 anos e 01 mês pelas qualificadoras** de uso de arma de fogo e concurso de agentes. E, **02 anos e 06 meses de reclusão** para o crime de quadrilha. **Totalizando em 09 anos, 07 meses de reclusão e 85 dias multa.**

Também não prevalece a pretensão dos apelantes de recorrer em liberdade, tendo em vista as circunstâncias extremamente desfavoráveis (art. 33, § 3º, do C.P.B<sup>3</sup>).

Não é demais lembrar que os crimes de quadrilha (armada) e roubo qualificado (uso de arma e concurso de agente) são crimes reciprocamente independentes, consumados em momentos distintos e com diversa objetividade jurídica.

<sup>3</sup> Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

§ 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

Assim tem decidido a Suprema Corte:

**"EMENTA:** Quadrilha (ou quadrilha armada) e roubo com majoração de pena pelo emprego de armas e pela prática em concurso de agentes: compatibilidade ou não: análise das variações da jurisprudência do STF: opção pela validade da cumulação da condenação por quadrilha armada, sem prejuízo do aumento da pena do roubo por ambas as causas especiais. A condenação por quadrilha armada não absorve nenhuma das duas cláusulas especiais de aumento da pena de roubo previstas no art. 157, § 2º, I e II, do C. Penal: tanto os membros de uma quadrilha armada podem cometer o roubo sem emprego de armas, quanto cada um deles pode praticá-lo em concurso com terceiros, todos estranhos ao bando.--- HC- 76213 GOIÁS. Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE  
Julgamento: 14/04/1998 Órgão Julgador: Primeira Turma".

"CRIMINAL. HC. CONDENÇÃO POR ROUBO QUALIFICADO PELO USO DE ARMA E QUADRILHA ARMADA. BIS IN IDEM. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA. Não resta configurado bis in idem, na condenação por crime de quadrilha armada e roubo qualificado pelo uso de armas e concurso de pessoas, tendo em vista a autonomia e independência dos delitos. Precedentes do STJ e do STF. Ordem denegada.  
HC 33029 SP 2004/0002554-4-Relator(a):Ministro GILSON DIPP-Julgamento:27/04/2004  
Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA-Publicação: DJ 14.06.2004 p. 259".

Isso posto, meu voto é pelo não provimento do apelo, devendo ser mantida em todos os seus termos a sentença atacada.

**É como voto.**

Recife, \_\_ de \_\_\_\_\_ de

**Flávio Augusto Fontes de Lima**  
**Relator Convocado**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000388-97.2009.8.17.0660 (0244111-0)**

**APELANTES: IVANILDO BATISTA DA SILVA, MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA, CLÉCIA SILVA DE OLIVEIRA E SEVERINO RAMOS**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR CONVOCADO: JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA**

**REVISOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**VOTO DE REVISÃO**

Srs. Desembargadores,

Sr. (a) Procurador(a).

Trata-se de recurso de apelação interposto por **Ivanildo Batista da Silva, Maria José de Oliveira, Clécia Silva de Oliveira e Severino Ramos**, em face da decisão que os condenou pela prática dos crimes previstos no art. 157, § 2º, inciso I e II, c/c 288, todos do Código Penal.

A denúncia (fls. 02/04), baseada no Inquérito Policial, afirma que no dia 02 de fevereiro de 2009, por volta das 18:40h, na Rodovia BR-101 Norte, nas proximidades da Goiana-FM, neste município, as vítimas José Orlando da Silva, juntamente com sua esposa Maria Lúcia de Oliveira e seu amigo Gilmar da Silva Lucas, após pararem o veículo, foram surpreendidos por cinco pessoas que estavam em um automóvel VW/ GOL de cor branca, 03 (três) homens e 02 (duas) mulheres, aproximaram-se com arma de fogo em punho e anunciara o assalto, subtraindo aparelhos celulares, joias, documentos e o aparelho de som do veículo.

Os apelantes, juntamente com o Edmilson José, também denunciado, foram presos em flagrantes dias após, por outro assalto, tendo as vítimas, tomando conhecimento, compareceram à Delegacia e fizeram o Reconhecimento por fotografias.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**



O Juízo *a quo*, na sentença (fls. 182/184v), indicou que a autoria e a materialidade delitiva restaram consubstanciadas com base na prova dos autos, bem como se mostraram presentes provas do emprego de arma de fogo e concurso de pessoas, condenando os denunciados nos termos da denúncia. A sentença também declarou a extinção da punibilidade do acusado Edmilson José, em face do seu óbito.

Irresignados com a sentença condenatória, o sentenciados interpuseram apelação (**razões recursais às fls. 220/222**), alegando que as provas não são suficientes para a condenação. Ainda requer a redução das penas aplicadas. Pleiteia também o direito de aguardar o julgamento em liberdade.

O Ministério Público do Estado de Pernambuco, em sede de contrarrazões (**fls. 224/231**), requereu o desprovemento do apelo, mantendo-se a sentença em sua integralidade.

A Douta Procuradora de Justiça, mediante parecer (**fls. 246/249**), opinou pela improvemento do apelo.

A materialidade e a autoria estão comprovadas nos autos: no auto de apresentação e apreensão (fls. 18), no auto de reconhecimento por fotografia, de fls. 11/12, 15 e 17, além dos depoimentos constantes dos autos, e da confissão da acusada Clécia Silva de Oliveira.

Em que pese a negativa de autoria do apelados **Ivanildo Batista da Silva, Maria José de Oliveira e Severino Ramos**, a versão apresentada por eles não se coaduna com o vasto conjunto probatório dos autos, principalmente em razão da confissão da apelante Clécia Silva de Oliveira, do reconhecimento dos acusados pelas vítimas, inclusive em juízo, e pelos depoimentos dos policiais.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**



Em seu interrogatório, a 3ª acusada CLÉCIA SILVA DE OLIVEIRA, às fls. 168v, confessou a prática dos crimes, informando com detalhes a empreitada criminosa:

"(...) **que são verdadeiras as acusações que lhe são imputadas**; que conhece as testemunhas arroladas, nada tendo a alegar contras as mesmas; que não conhece as provas contra se apuradas; que nunca foi preso nem processado; que a depoente é ex-esposa do 1º acusado; que este é conhecido por Marcos; que confirma que participou dos assaltos; que todos os acusados participaram do roubo descrito na inicial; que o 5º acusado ficou no veículo que era de sua propriedade; que o roubo apontado na inicial foi o primeiro de uma série praticada pelos acusados; que o 1º acusado é quem tinha o comando das práticas delituosas; que todas as armas eram do 1º acusado; que este deu uma arma de presente a depoente; que era o 1º acusado quem forçava a depoente a praticar os roubos; que foi ameaçada pelo acusado após ser presa; que foi ameaçada pelo 1º acusado para que negasse os fatos; que o acusado já foi preso pela prática de homicídio."

As vítimas, de maneira uniforme, reconheceram os apelantes como sendo os autores dos crimes em questão. Em seus depoimentos consta o seguinte:

José Orlando da Silva (fls. 167) sustentou: "que no dia dos fatos o carro em que o depoente se encontra havia quebrado, quando chegaram os acusados chegaram e abordaram o depoente com arma em punho; que dois homens e duas mulheres fizeram a abordagem e outro ficou no carro; que subtraíram do depoente o DVD do carro, celulares e uma bolsa contendo documentos; que todos os assaltantes que abordaram o depoente estavam armados, inclusive com espingarda; que a 3ª acusada agrediu fisicamente a esposa do depoente no momento do roubo; **que reconhece as pessoas fotografadas as fls. 38-42, como sendo as que praticaram o crime;**"

Gilmar da Silva Lucas (fls. 167/168) afirmou que: "(...) reconhece as pessoas fotografadas as fls. 39/42 dos autos, como autores do roubo; que foram subtraídos celulares, o



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**



DVD do carro; que a aliança e uma bolsa com documentos e o valor de R\$ 2,00 (dois reais); que assistiu pela TV que os acusados já praticaram outros roubos; que nenhum dos bens subtraídos foram recuperados. Dada a palavra ao Ministério Público, inquirida respondeu que dos acusados fotografados as fls. 39/42, o depoente reconhece o de fls. 39 como um dos que desceram para realizar o roubo; que no momento do assalto os acusados mantiveram-se armados.”

Maria Lúcia de Oliveira (fls. 167v) asseverou: “que o carro foi parado no acostamento; que em seguida os acusados ali apareceram e anunciaram o roubo; que o quinto acusado ficou no carro, enquanto os demais passaram a tomar os pertences das vítimas; que o 1º, 3º e 4º acusados estavam armados, inclusive com uma espingarda; que tomaram da depoente sua bolsa com os documentos e a quantia de R\$ 2,00 (dois reais); que a 3ª acusada pôs a arma na barriga da depoente e chutou-a após recusa da entrega da bolsa; que os assaltantes ainda levaram 02 celulares, um DVD do carro, uma bolsa, uma aliança e um cordão de ouro; que nada sabe dos antecedentes dos acusados. Dada a palavra ao Ministério Público, inquirida respondeu que os bens subtraídos não foram recuperados; que reconhecem as pessoas fotografadas as fls. 38/42, como sendo os autores do roubo; que apenas Maria José não estava armada.”

Apesar da negativa de autoria da maioria dos apelantes, o conjunto probatório é vasto no sentido que os acusados foram os autores do fato delituoso narrado na inicial, de modo que não prospera o pedido de absolvição contido na apelação.

Ademais, ressalte-se ser pacífico, em sede de crimes patrimoniais, que a palavra da vítima possui extrema relevância, na medida em que, incidindo sobre a atuação de pessoa desconhecida, não revela interesse em mentir – pois o único escopo que detém é o de apontar o verdadeiro culpado –, mormente quando se mostra segura e coerente com a prova dos autos, como ocorre *in casu*. Nesse sentido, destaco a seguinte ementa de julgado do STJ:

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CONDENAÇÃO. PROVAS COLHIDAS UNICAMENTE NA FASE INQUISITORIAL. RECONHECIMENTO PESSOAL. RATIFICAÇÃO DE**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



**DEPOIMENTO EM JUÍZO. PALAVRA DA VÍTIMA. RELEVÂNCIA. CONTATO DIRETO COM O AGENTE CRIMINOSO. PRISÃO EM FLAGRANTE. POLICIAIS MILITARES. MEIO DE PROVA IDÔNEO. ORDEM DENEGADA.**

1. Não há falar em prova colhida unicamente no curso do Inquérito Policial quando feito o reconhecimento pessoal do paciente na fase pré-processual e ratificado pelas vítimas em juízo.
2. In casu, o reconhecimento pessoal do paciente não ocorreu na fase processual diante do seu não comparecimento à audiência.
3. A palavra da vítima, nos crimes às ocultas, em especial, tem relevância na formação da convicção do Juiz sentenciante, dado o contato direto que trava com o agente criminoso.
4. A prisão em flagrante do paciente pelos milicianos na posse do bem subtraído robustece a certeza da autoria do delito.
5. Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o depoimento de policiais pode servir de referência ao juiz na verificação da materialidade e autoria delitivas, podendo ser utilizado como meio probatório válido para fundamentar a condenação.
6. Ordem denegada. (STJ, Quinta Turma, HC 143.681/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Julgado em 15/06/2010)

Posto isto, de acordo com a prova dos autos, não há que se falar na absolvição dos apelantes.

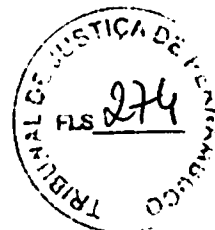
Com relação ao pedido de redução da pena, entendo que também não merece prosperar.

Apesar de ter considerado a maioria das circunstancia dos art. 59 desfavoráveis a todos os acusados: culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade, motivos e consequências, as penas bases foram estipuladas em patamar um pouco acima do mínimo, variando entre um e dois anos acima do mínimo legal, o que não se mostra elevado, ou desarrazoado.

Já na segunda fase, exasperou a pena dos apelantes entre a fração mínima, de (1/3) e a máxima de (1/2), em face da ocorrência de duas qualificadoras, bem como com relação ao crime de quadrilha armada, cujas penas foram fixadas, próximo do mínimo legal, não havendo reparos a serem feitos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**



Assim, tendo em vista que o magistrado sentenciante fixou as penas dentro dos limites legais, de forma fundamentada, não merecendo modificação a sentença prolatada.

Com relação ao pleito de recorrer em liberdade, observo que as circunstâncias judiciais do crime não autorizam (*ex vi* art. 33, §3º do CP), além do fato de que os apelantes passaram toda a instrução segregados, sendo certo que as circunstâncias que autorizaram a prisão cautelar não se alteraram.

Por todo o exposto, e em consonância com o parecer da Procuradoria, **o meu voto é no sentido de negar provimento ao recurso de apelação**, confirmando-se a sentença recorrida, em todos os seus termos.

**É COMO VOTO.**